

[VOLVER AL ÍNDICE](#)

HABITACIÓN Y OCUPACIÓN URBANA EN LA CIUDAD DE MACAPÁ-AMAZONIA / BRASIL

Adailson O. Bartolomeu (adailsonb@yahoo.com.br); Anderson T. Lameira
(adersonmaycontl@gmail.com); Luis Lopes (geo.luislopes@gmail.com)

Secretaria de Desenvolvimento das Cidades (SDC) - Brazil
Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP) - Brazil

Palabra chave: Assentamentos precários, aglomerados subnormais, cidade e urbanização.

Pretende-se neste trabalho abordar aspectos gerais que norteiam os estudos urbanos realizados na cidade de Macapá, localizada no norte da Amazônia brasileira, acerca do levantamento e diagnóstico sobre espaços subnormais e suas relações de repercussão territorial de uso e ocupação espontânea e de caracterização predominantemente informal do solo urbano. O artigo foi estruturado metodologicamente utilizando imagens de satélite, ferramentas de geoprocessamento, pesquisas bibliográficas e visitas técnicas nas áreas apresentadas como objeto de análise na tentativa de aliar as contribuições de outras produções à vivenciadas sobre o tema apresentado. Almeja-se, portanto, subsidiar intervenções planejadas de melhorias da qualidade urbana, direcionadas principalmente para as ações de mais valias, como saneamento, qualidade do habitar, preservação e valorização do meio ambiente e valorização da importância de discutir a cidade como sinônimo de uma vida melhor.

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá, está localizado no extremo norte e possui boa parte do seu território na porção setentrional do Brasil e faz fronteira com Suriname e com a Guiana Francesa, sofre à pelo menos duas décadas com problemas relacionados à falta de direcionamento de políticas adequadas para o desenvolvimento dos espaços urbanos, o que reflete em um contundente crescimento urbano de consequências desordenadas e fragilizadas, dificultando ainda mais a busca por espaços sadios que proporcionem uma melhor qualidade de vida para a população. A esses problemas também pode-se adicionar a inoperância das gestões municipais na aplicação dos instrumentos de gestão e planejamentos formais elaborados para conter, nortear seus territórios direcionando a expansão das cidades, em virtude principalmente do aumento populacional. Esse crescimento reflete na elevação negativa dos índices de urbanização dos centros urbanos, números que são notórios ao visualizar-se a pulverização das favelizações, aqui utilizada como sinônimo de expansão da precarização dos espaços ocupados.

A busca por novos sítios urbanos, espaços esses que possam diminuir as distâncias aos serviços públicos essenciais e/ou até mesmo que possam inibir a cobrança por tais serviços, fortalece o adensamento precário, a população de menor poder aquisitivo é a principal vítima dessa ausência de políticas efetivas por melhorias territoriais, principalmente relacionadas ao direito pela moradia, pois no Amapá os índices de crescimentos de áreas impróprias para o habitar, comumente chamadas de áreas de ressacas, são evidentes e bem límpidas a vista da paisagem da cidade.

A precarização desses espaços reflete na dificuldade da prestação de serviços públicos, dentre eles principalmente o tema da segurança pública, devido à complexidade em acessar o interior dos aglomerados e com isso ser quase inviável a contenção do aumento dos índices de criminalidade internamente e em seu entorno, e o tema do saneamento, que por ser um direito básico universal de saúde e qualidade do território é extremamente limitado

por causa das condições de assentamentos naturais desses sítios citados em áreas ambientais fragilizadas. Destarte, como enfatizava Rossi (2001, p.173): "todas as vezes que nos deparamos com fatos urbanos reais, temos condição de perceber sua complexidade", o trabalho aqui desenvolvido é congruente ao pensamento citado, busca explicar de forma clara aspectos visuais desse enredo complexo que é a realidade permeável dos problemas das cidades, com foco nos fatos percebidos e vivenciados em Macapá através da apresentação de estudos desenvolvidos pelos autores.

Nesse sentido, aborda-se aspectos relacionados à realidade do município, a questão habitacional, a ocupação urbana, a configuração espacial do território e a realização de análises postergando as complexidades diagnosticadas e que aqui são ventiladas a fim de visualizar prognóstico positivo frente aos problemas deparados, visto que entender essa relação é fundamental para a busca de soluções que amenizem os problemas do convívio diário entre a qualidade urbana e o uso informal e mortificante de seus espaços.

2. O LUGAR DE ANÁLISES: MACAPÁ/AMAPÁ/AMAZÔNIA/BRASIL

2.1. Aspectos gerais da cidade.

Macapá é capital do estado Amapá, situada no norte do Brasil, possui 493.634 habitantes estimado, segundo dados do IBGE (2018), a gênese e estruturação da cidade remonta o período colonial quando recebeu os primeiros moradores oriundos das Ilhas de Açores que aportaram a margem esquerda do Rio Amazonas para ocupar a região, nascendo assim a Vila de São de Macapá em 1758 (PICANÇO, 1981) atualmente 59,50% da população estadual mora no município.

Em 1944, Macapá foi transformada em capital do recém-criado Território Federal do Amapá. Nos vinte anos seguintes, as obras realizadas nesta cidade, a fim de modernizá-la, promoveram um grande crescimento populacional, promovido principalmente pela chegada de milhares de migrantes de outros estados brasileiros. Rapidamente grandes bairros foram sendo formados, estes novos assentamentos não eram assistidos pelos serviços públicos, moradias e empregos eram escassos, insuficiente era também o fornecimento de gêneros alimentícios. A carestia tornava a sobrevivência um enorme desafio para os mais pobres. O súbito crescimento demográfico, os obstáculos criados pela Segunda Guerra Mundial e a defesa governamental das margens de lucro das classes proprietárias fizeram tal problema ganhar proporções muito dramáticas (LOBATO, 2013).

Os sítios em Macapá com águas superficiais, que compreendem os campos alagados (apropriadas verbalmente como áreas de ressacas e que são objetos público de Proteção Ambiental Permanente) exercem uma dinâmicas urbana no formato de condicionante natural do sistema drenante urbano por redes de conexões que objetiva o controle ambiental da cidade, porém esses espaços são de grande fragilidade em relação a sua proteção por parte dos poderes públicos, com isso tornam-se, principalmente por se situarem por toda a malha da cidade, um atrativo edificante para as centenas de famílias que migram do meio rural e buscam acessos permeáveis aos serviços e empregos, visualizando as áreas de ressaca como uma alternativa viável de agregação e início de uma vida oportuna, mesmo que ela seja fortificada em espaços degradados com baixa qualidade urbana.

2.2. Aspectos climáticos

A cidade de Macapá localiza-se sobre o limiar equatorial geográfico (ver figura 1), tem como particularidades, entre muitas outras, as características climáticas rígidas da região ao qual está inserida, que, segundo classificação de Koppen, pertence a categoria de clima equatorial super-úmido. Para essas regiões, Romero (2000) recomenda, no sentido de obter uma boa integração da arquitetura como o meio natural, algumas estratégias bioclimáticas: assegurar que a forma deva ser aberta, sombreada, a excessiva radiação evitada, em

especial a difusa, através da utilização de materiais pouco refletivos, a ventilação favorecida em todos os ambientes e a forma dos lotes mais larga do que comprida, a fim de aproveitar ao máximo a ventilação conduzida pelas ruas.

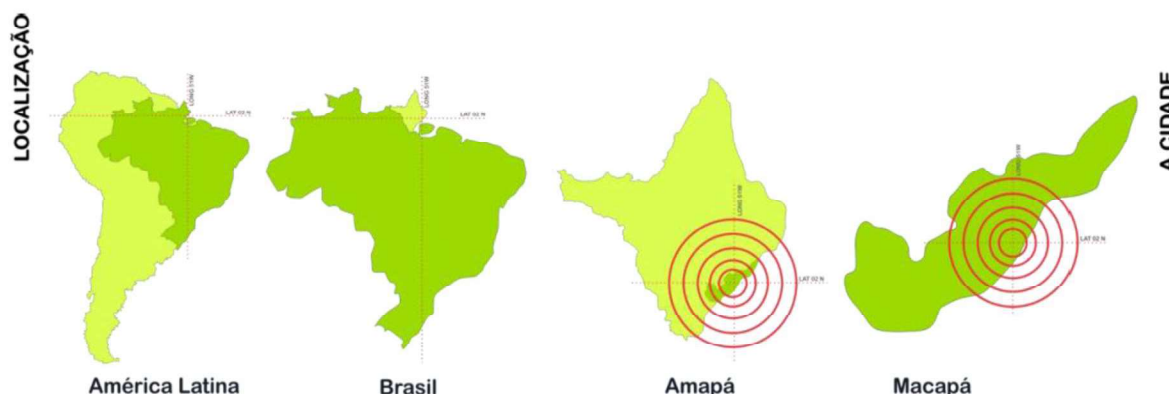


Figura 1: Macapá, Amapá, Amazônia-Brasil.

Fonte: Desenvolvido pelo autor, 2012.

Macapá pertence, de acordo com Köppen, ao clima "equatorial úmido" categoria clima Af, onde, em resumo, a cidade e proximidades, têm média global da temperatura do ar anual de 27,1°C, com 84% de umidade relativa, precipitação média de 2.761,6 mm (distribuído de forma diferente ao longo do ano) e 2.338 horas de sol (NECHET, 1993). Não ocorrem variações térmicas estacionárias sensíveis para estabelecer um período quente e um período de frio ocorrer. Os meses de dezembro e maio são os mais chuvosos, sendo junho e novembro, o menos chuvoso, isto é, estes dois períodos representam, para a região, respectivamente, o verão e inverno. No que diz respeito às características fisiográficas, além da baixa altura de 16m de altitude para Macapá, há muitos pequenos corpos de água conhecidos regionalmente como Furos e Igarapés, a qual, associada a uma menor latitude, condicionam a região, um ambiente de clima quente e úmido. E, como a cidade está localizada em sentido equatorial, entre o mar e o continente florestal, possui clima mais diretamente influenciado pela convergência intertropical (CIT), ao qual, de acordo com a sua mudança faz com que os dois momentos climáticos característicos da região, o inverno ser chamado o período mais chuvoso e o "verão" o período menos chuvoso, sendo que para a cidade, há dois meses secos (outubro e novembro), onde ocorre períodos muito longos de estiagem, agravados pela alta temperatura e baixa umidade relativa (TAVARES, 2009).

2.3. Aspectos habitacionais

O território urbano é o palco dos acontecimentos da vida humana em agrupamento, e a maior parte desse tempo se transcorre nas edificações destinadas às moradias, e nesse sentido visualizar o entendimento enraizado dessa tipologia com sua mensuração frente aos territórios das cidades e seus variados aspectos integrantes é de necessidade ímpar. Nessa inclinação, Lima (2017) destaca muito bem que compreender a questão habitacional, principalmente no Brasil, inclui refletir acerca da urbanização, devendo considerar os seus aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que envolvem este processo, ao longo do tempo. Portanto, identificar as transformações na produção e estruturação do espaço urbano advindas com a urbanização ajuda a desvendar a dinâmica socioespacial das cidades na atualidade. Em função disto, inicialmente alude-se algumas considerações acerca da influência do processo de urbanização na problemática habitacional nacional delineando as diferentes formas de habitar pelo homem, considerando que a urbanização não ocorreu ao mesmo tempo e nem com a mesma intensidade em todos os lugares do mundo, visto que o processo de urbanização iniciou-se primeiramente na Europa.

Lima (2017) destaca também que as políticas habitacionais passaram por diversos momentos ao longo da história, com avanços e retrocessos, concretizando períodos de esvaziamento de programas habitacionais, principalmente aqueles destinados às classes sociais menos privilegiadas do país, e em outros houve uma tentativa de enfrentamento do déficit de forma mais incisiva. Foram criados, em âmbito federal, inúmeros programas e projetos de habitação e implantados em diversas cidades brasileiras, através da construção de vários conjuntos habitacionais. No entanto, os problemas relacionados à falta de moradia ainda não foram totalmente solucionados. Haja vista que a cidade capitalista é excludente, com cenários totalmente diferentes, com classes antagônicas e a habitação insere-se neste contexto com desigualdades, essas se manifesta em diferentes formas, principalmente, na forma de habitar o espaço urbano. Convém ressaltar que o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) pelo governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva em março de 2009, cria condições de ampliação do mercado habitacional para o atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos, gerando novas expectativas para a área da habitação, tanto relacionadas ao número de Unidades de Habitações Sociais - UHS como ao montante do subsídio (LIMA, 2017).

A garantia de acesso à moradia a uma parcela da população considerada de baixa renda é indispensável para atender as necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis. Para isso, a elaboração de políticas habitacionais eficazes e contínuas que permitam a inclusão destes indivíduos na cidade e a sua inserção na sociedade são necessárias. Portanto, ainda segundo Lima, o estudo acerca das questões habitacionais se insere em um contexto contemporâneo e relevante para a compreensão dos elementos fundamentais para a produção e reprodução do espaço geográfico. Sendo assim, a problemática habitacional pode ser considerada um dos principais problemas sociais urbanos, sendo tema de diversas discussões e debates acadêmicos.

Em se tratando especificamente do estado do Amapá, segundo IBGE (2015), é possível verificar que ele atualmente possui 191.036 habitações, onde 81,30% são inadequadas¹⁹, equivalente a 153.373 unidades. Esse percentual fica muito abaixo da média brasileira registrada em 61,7%. No que se refere a moradias adequadas representa 19,70%, equivalente a 37.663 unidades. Com essas informações é possível perceber o alcance de 10 anos de investimentos em ofertas de unidades habitacionais sociais na cidade de Macapá, onde proporcionalmente ao déficit estadual o município teve uma boa assistência, visto que, há um crescimento e declínio, caracterizando um movimento irregular.

2.4. Aspectos de ocupação urbana

A urbanização trouxe para as cidades problemas relacionados à falta de moradia, à falta de saneamento, à falta de transporte urbano, à falta de coleta de lixo, à falta de espaço para lazer e, por fim à falta de equilíbrio na distribuição das áreas a serem ocupadas. Diante dos inúmeros desafios e da ineficácia dos serviços básicos de atendimento nasce o planejamento urbano com vistas a regular o uso do solo, como também estabelecer a distribuição socioespacial das atividades econômicas, sociais e ambientais (BARBOSA, 2013). Nesse sentido, vemos que a segregação socioespacial está diretamente relacionada com o processo de valorização do espaço, que ocorre de maneira desigual levando em conta os diferentes papéis e articulações realizados pelos agentes produtores do espaço urbano. Santos (2016) destaca que este processo não é apenas um fator de divisão do espaço, mas também revela o próprio controle do espaço urbano, que podem ser categorizado em forma, função, estrutura e processo são essências para o entendimento da

¹⁹ As habitações inadequadas referem-se tanto a situações de carência de infraestrutura como de forte adensamento das moradias.

estruturação urbana, pois elas articulam-se na produção do espaço e possibilitam a compreensão da estruturação urbana, que consiste na organização interna da cidade.

Toda essa realidade transborda igualmente no estado do Amapá e principalmente em sua capital, a cidade de Macapá. Como o estado não adotou medidas para efetivar um plano urbanístico na perspectiva de preservar as áreas de fragilidade ambientais (Apropriadas verbalmente como "áreas de ressaca") e reduzir o déficit habitacional de Macapá, a população continua a ocupar esses espaços especiais de forma desordenada e construindo suas residências (palafitas) sobre as águas, sem a infraestrutura adequada para morar. Isso gera uma massa excluída dos serviços públicos que o cidadão tem direito (lazer, habitação, escola, etc.), conforme estabelece o Estatuto da Cidade (BARBOSA, 2013).

No caso do espaço urbano da cidade de Macapá, segundo Barbosa (2013) as contradições estão dentro de um mesmo espaço, através da ocupação das áreas de ressacas e as áreas planejadas no centro da cidade, as quais produzem a desigualdade e a segregação socioespacial. Pode-se também perceber que no centro da cidade há um crescimento vertical enquanto na periferia ocorre um crescimento horizontal, ambos promovendo diversos problemas à cidade, dentre os quais Castells (1983) aponta que a falta de acesso à terra e a habitação aumenta a periferização da população mais pobre. Esse processo está ligado ao uso do solo urbano na economia capitalista, que determina o preço do imóvel, uma vez que os preços estão vinculados a lei de oferta e procura, portanto, sob a lei de mercado. Outro processo essencial para a compreensão da dinâmica urbana de Macapá é a (des)centralização, que revela parte significativa das diferentes formas de produção da cidade, seja pelo reforço da ocupação do centro, a partir do crescimento vertical, por exemplo, seja pela expansão periférica da cidade, diretamente associada a expansão da malha urbana, vinculada a realização e apropriação da renda da terra urbana.

3. ANÁLISES DA APROPRIAÇÃO URBANA

Com objetivo de tentar analisar de forma mais fulgente a apropriação e organização territorial da cidade de Macapá foi realizado vários levantamentos, coordenados pelos autores dentro da Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades – SDC pertencente ao grupo de secretárias ligadas ao setor de Infraestrutura do Governo do Estado do Amapá, que notificam a sobreposição de usos, problemas, realidades e veracidades, com intuito de diagnosticar realidades que sirvam de norte para proposições a curto, médio e longo prazo, inclinadas em provisões de melhorias e soluções.

Para realizar tais análises foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento e informações geográficas com o intuito de visualizarmos, com perspectiva aérea o perímetro urbano consolidado de Macapá. Com essas ferramentas cruzou-se diversos dados sobrepondo

camadas de interesse como: perímetro urbano, divisão administrativa municipal e áreas ambientalmente protegidos por lei, que são áreas úmidas (as chamadas áreas de ressacas), com águas superficiais e que em boa parte estão antropizadas pela apropriação de moradias, em sua maioria de caracterização precária e informal.

Nas análises desenvolvidas destacam-se 49 aglomerados subnormais (espaços de baixa qualidade urbana, com pouco acesso a saneamento, coleta de lixo – áreas alagadas ou ressaca, baixadas ou palafitas) que podem ser classificados como áreas antropizadas, que estão distribuídos dentro do perímetro urbano municipal (ver figura 2 destacado na cor verde). Foi possível perceber também que, com base no levantamento realizado, cerca de 6% (529,84 ha) da área urbana está delimitada por aglomerados subnormais.

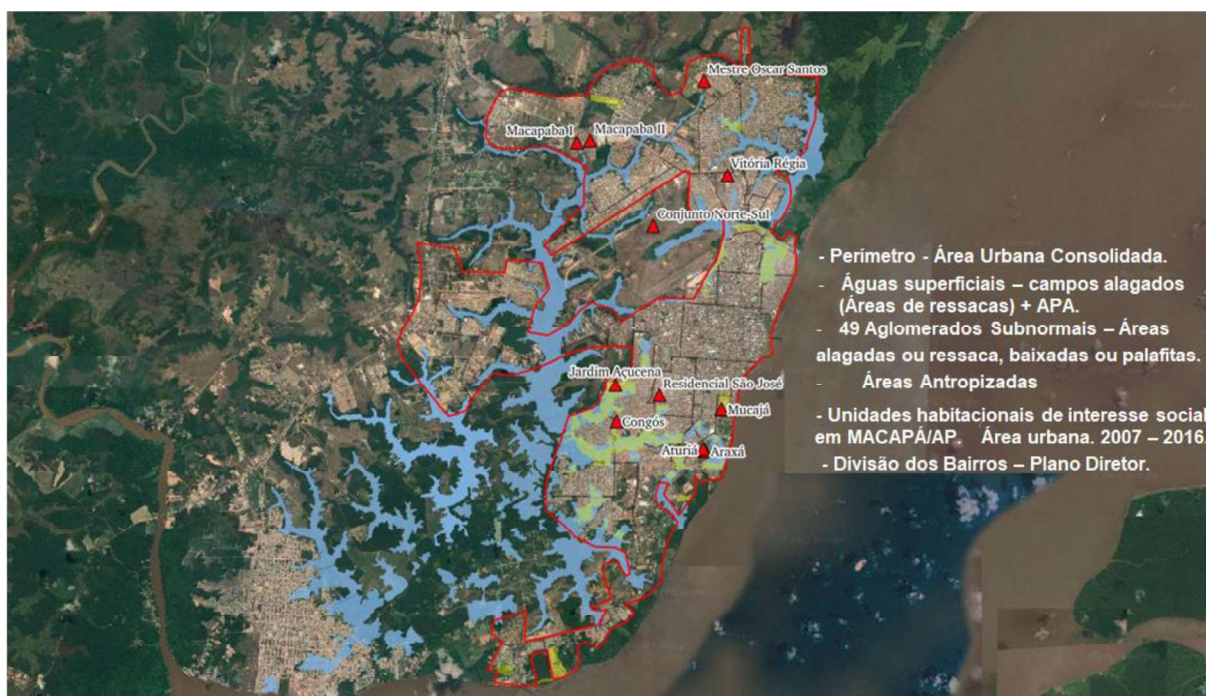


Figura 2: Mapa completo com todas as informações levantadas.

Fonte: Desenvolvido pelo autor e adaptado de SDC, 2017.

Ajustando as lentes, destacam-se também 10 conjuntos habitacionais que fazem parte da política de provisão de habitações de interesse social construídos ao longo desse período de análise temporal de quase 10 anos (2007-2016), onde estão distribuídas pelo perímetro urbano (destacado também na figura 2 em vermelho). Extrapolando a análise para além do perímetro urbano consolidado de Macapá é possível também visualizar o crescimento populacional e o aparecimento de mais focos de ocupações subnormais em áreas úmidas. Nesse sentido ecoa que grande parte do território macapaense é permeado por águas superficiais dentro e fora do perímetro entendido como urbano, porém sua abrangência de proteção legal se expande para a região metropolitana. É importante salientar que a distribuição das 49 áreas subnormais se sobrepõem sempre com áreas úmidas, evidenciando o uso e apropriação por parte das pessoas em fincar vínculo de moradia de forma informal e precária sempre nesses locais, seja por suas localizações no território ou seja pela sua fragilidade encontrada na real proteção legal.

4. ANÁLISES DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E HABITAÇÃO

As cidades brasileiras são marcadas por graves problemas urbanos, que atingem desigualmente os distintos grupos sociais e por uma forte segregação socioespacial, as oportunidades das pessoas em termos do acesso a uma vida de qualidade depende do lugar que elas ocupam no território. Muito embora a função social da cidade e a função social da propriedade urbana estejam asseguradas na constituição federal brasileira e no estatuto das cidades, estes princípios estão longe de serem efetivados e de se tornarem realidade na grande maioria dos municípios, se agravando fortemente nas cidades localizadas na região norte.

Analisar a produção do espaço urbano de qualquer cidade é algo muito complexo, especialmente na Amazônia, onde a fronteira já nasceu urbana (BECKER, 1990). Portanto, é necessário levar em consideração a presença da região na cidade e da cidade na região, ou seja, a articulação entre estas escalas na produção do espaço. Nesse sentido analisar a fundo as complexidades, já citadas no início desse trabalho por Rossi, faz com que o território e sua apropriação pelo humano, através da falta clara de planejamento, presente

ao olhar mais minucioso a realidade que poucos querem ver ou que seja visto. Assim sendo, é permeável que as ocupações das áreas de subnormais (ressacas) reflitam a extrema dificuldade em planejar o urbano e a inoperância em fiscalizar, inibir tais ocupações são ainda mais preocupantes.

É fato que no estado do Amapá, nos últimos dez anos, captou recursos volumosos para a diminuição do déficit habitacional, algo próximo a 8000 moradias entregues à população e mais 2000 ainda em construção, somente na capital. No entanto, a construção desses empreendimentos não conseguiu diminuir ou mesmo conter a ocupação das favelas horizontais. Entretanto, os dados mostram que o estado, dentre os estados da região norte, é um dos que possui maior população vivendo nas cidades, aproximadamente 90% da população. Segundo o censo 2010 o estado possuía uma população 474.706 habitantes com densidade populacional 4,69 hab/km², quando visualizamos a capital Macapá, onde há maior oferta de serviços públicos a densidade populacional sobre para impressionantes 62,4 hab/km². Esse adensamento é um dos motivos pelos quais o aparecimento e crescimento das moradias em aglomerados subnormais se fortalecem. Nesse sentido, a ocupação dessas áreas de fragilidade ambiental já se tornaram marcas no perfil espacial da cidade, fato que não se resume somente a capital.

O Amapá nos últimos oito anos vem passando por transformações significativas no contexto fundiário, a muito se discutia a possibilidade de promover a sua regularização com o intuito de fixar, através da segurança jurídica, suas populações no campo. Entretanto, isso não vem acontecendo, a busca por áreas para a produção agrícola aliada a força do capital vem promovendo uma grande desterritorialização dessas comunidades que buscaram a cidade.

A falta de instrução e pouco aporte financeiro promovem um direcionamento certo desses migrantes que fatalmente se deslocam para as áreas de ressaca. A ocupação desenfreada desses sítios além de promoverem desequilíbrios para o serviço público, por falta de informações mais precisas, provocam grandes prejuízos ambientais. A diminuição das áreas verdes são uma das consequências, a perda desses espaços interfere no microclima da cidade. Nesse sentido pode ser destacado outro fator de grande gravidade que é a poluição desses reservatórios hídricos, alguns sobre influências diretas de canais que despejam esses recursos nos rios.

No ano de 2004 foi editada a lei estadual n°. 835, que dispõe sobre ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca e várzea que indica a obrigação do estado juntamente com os municípios em promoverem estudos para a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano - ZEEU das áreas de ressaca de Macapá e Santana (Cidade vizinha), esse foi o primeiro passo para analisar a ocupação dessas áreas. Contudo, mesmo constante na citada lei, conforme parágrafo segundo, o crescimento e até mesmo a ocupação de novas áreas de ressaca nos dois municípios puderam ser percebidas, mesmo após 14 anos de sua publicação, não foi possível identificar ações contundentes que possa refletir na melhoria habitacional e ambiental dessas localidades. De 2004 até 2012 pouco ou nada foi feito buscando melhora efetiva desse quadro, não há planejamento relativo a essa situação que

proponha soluções para um horizonte temporal razoável, visto que no ano de 2012 foi divulgado o relatório técnico do zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressaca de Macapá e Santana, publicado pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA, e seu resultado prático demonstrou que essas ações foram poucas e com resultados inertes. Com base nesses resultados limitados de avanço social e ambiental urbano, fica nítido cada vez mais o grande desafio à porta que é a questão urbana, ou melhor, a necessidade latente de uma reforma urbana. Pensando em diagnosticar esses problemas, levantou-se neste trabalho a permeabilidade relativas a questão de uso e ocupação do solo urbano de Macapá e seus reflexos no morar.

Seguindo o contesto aclarado, para lograr pleno êxito nessa investigação foi utilizado nos levantamentos aplicativos interativos com impressões de condicionantes de pesquisa focais, como no caso os 49 aglomerados subnormais, aplicada ao território urbano. Com isso formatou-se, como proposta, um mapa interativo da distribuição espacial de todos os aglomerados subnormais da cidade (ver figura 3) baseado no uso de software livre, onde ficariam disponibilizadas as informações online, ou até mesmo off-line, facilitando a gestão territorial do município podendo ser ajustados à outros municípios menores do estado que tenham problemas de acesso a rede, ou contribuindo como ferramenta para outros trabalhos/pesquisa da mesma temática.



Figura 3: mapa interativo da distribuição espacial de aglomerados na área urbana de Macapá baseado em software livre.

Fonte: Desenvolvido pelo autor e adaptado de SDC, 2017.

O uso desse programa facilitou o entendimento e diagnóstico dos estudos aqui apresentados, que teve como principal premissa subsidiar a implementação do programa estadual de integração habitacional para ocupação de espaços vazios, áreas abandonadas ou degradadas e evadir assentamentos ilegais/proliferação da precarização da moradia e prover a qualificação de desses espaços através da reforma urbana, transformando assim a arquitetura e a cidade.

O ponto de partida para exemplificar tais análises teve início na escolha de zonas dentro do perímetro urbano de Macapá de características similares e visualizar o uso e ocupação em um intervalo de tempo, com base nos levantamentos de cartografia realizados pelo Exército brasileiro, produto correspondente ao recobrimento aerofotogramétrico contratado pelo Governo do Estado para a produção da Base Cartografia Continua do Amapá, cruzando com informações complementares de imagens disponível no Google Earth.

Para exemplificar as nossas análises toma-se como base um aglomerado subnormal localizado na zona sul de Macapá, área conhecida como Araxá/Aturiá (trecho no bairro do

Araxá e Aturiá - bairros congruentes, ver figura 4). Esta e outras áreas sintetizam os problemas ambientais que a cidade vem enfrentando principalmente quando se trata de ocupação de áreas ambientalmente protegidas. A referida área apresenta similaridade com outras áreas ocupadas na cidade, possui grande adensamento populacional em áreas úmidas, habitações precárias, falta de saneamento, conexão com rios, córregos ou igarapés e principalmente, ausência impositiva de boas políticas públicas urbanas. Esta área chegou a ser previamente selecionada para receber obras voltadas à moradia, contudo após análise criteriosa ela foi descartada por não atender requisitos básicos. Após ser retirada do projeto a área começou a ser ocupada de forma irregular se transformando em mais uma área sem infraestrutura e qualidade para desempenhar tal finalidade.



Figura 4: Perímetro, estágio e projeção de uso e ocupação para o ano de 2015.

Fonte: Desenvolvido pelo autor e adaptado de SDC, 2017.

Na figura 4, que comprova o processo de ocupação já mencionado, realizou-se um recorte temporal que se estende entre os anos de 2003 a 2015, traçando-se um perímetro delimitando seu estágio de uso e ocupação para os anos de interesse, sendo visível na imagem, e consequentemente na imagem 03, numa escala mais aproximada, a mesma área já ocupada através da realização um salto de 12 anos. A mesma metodologia comparativa é aplicada na figura 5 onde ficam claras as delimitações de ocupação temporal.



Figura 5: Perímetro e estágio de uso e ocupação para o ano de 2017.

Fonte: Desenvolvido pelo autor e adaptado de SDC, 2017.

Finalizando os parâmetros de análises apresenta-se outro trecho atendido por obras habitacionais que fazem limites com áreas úmidas, a área em questão era utilizada para abrigar uma usina asfáltica e que por falta de fiscalização a área foi ocupada informalmente.



Figura 6: Comparação temporal de uso e ocupação no bairro Novo Buritizal (2015 e 2017).

Fonte: Adaptado pelo autor de *Google Earth* e de SDC, 2017.

Observando a figura 6, é possível identificar a construção do conjunto habitacional Açucena, construído para 1500 unidades de moradias, foi entregue no início de 2018, todavia o contraste visual é evidente, pois o entorno do empreendimento, que é composto em grande parte por moradia localizadas em áreas de ressaca, não foi contemplado com obras urbanas ou que pudessem promover sua integração espacial. Mais uma vez, é possível perceber o quão está desalinhado (no tempo e no espaço) o planejamento urbano das propostas de intervenção (gerais e específicas), principalmente as que estão direcionadas para habitação.

4.1. Moradia e a função social urbana

É preciso lutar por cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas, com condições de vida digna a todas e todos, que cumpra a função social e de propriedade – um direito fundamental previsto na constituição brasileira. Planejar as cidades e prover moradias com infraestrutura apropriada e participativa é atualmente o maior desafio de nossas gestões urbanas. Porém, as cidades brasileiras são marcadas por graves problemas, que atingem desigualmente os distintos grupos sociais, e por reporta uma forte segregação socioespacial. A oportunidade das pessoas, em termo de acesso a uma vida de qualidade, depende do lugar que elas ocupam.



Figura 7: foto aérea destacando o contraste entre a oferta de moradia e a realidade do entorno.

Fonte: Adaptado pelo autor de SDC, 2017.

Esses problemas levantados, observando a figura 7, percebe-se que mesmo com provisões numéricas de unidades habitacionais não se soluciona o problema do controle urbano informal, que não logra plenitude na função social do território e prover investimentos plenos de ofertas de habitações que poderiam e deveriam solucionar tais problemas em escala menor.

PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ									
ITEM	NOME DO EMPREENDIMENTO	RECURSO TOTAL	UNIDADES HABITACIONAIS		PROGRAMA	ORIGEM DO RECURSO	SITUAÇÃO ATUAL	PERÍODO	
			EXECUTADAS	A EXECUTAR				INÍCIO	ENTREGA
1	VITÓRIA REGIA	R\$ 4.676.650,00	160		PAC	OGU	ENTREGUE		2007
2	MUCAJA	R\$ 28.000.000,00	592		FNHIS	OGU	ENTREGUE		2011
3	MACAPABA I	R\$ 130.036.588,20	2148		PMCMV	OGU	ENTREGUE		2014
4	MACAPABA II	R\$ 132.174.580,80		2118	PMCMV	OGU	SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS		2017
5	CONGOS	R\$ 16.877.103,10		280	PAC	OGU	FASE DE REPROGRAMAÇÃO	2007	EM ANDAMENTO
6	ARAXÁ	R\$ 20.376.004,10		240	FNHIS	OGU	FASE DE REPROGRAMAÇÃO	2007	EM ANDAMENTO
7	ATURIA	R\$ 21.056.900,42		272	PAC	OGU	FASE DE REPROGRAMAÇÃO	2007	EM ANDAMENTO
8	AÇUCENA	R\$ 91.000.000,00	1500		PMCMV	OGU	EM CONSTRUÇÃO	2014	2018
9	MESTRE OSCAR SANTOS	R\$ 20.590.000,00	528		PMCMV	OGU	ENTREGUE	2009	2013
10	RESIDENCIAL SÃO JOSÉ	R\$ 89.000.000,00	1440		FNHIS	OGU	ENTREGUE	2013	2016
TOTAL GERAL:		R\$ 553.787.826,62	6368	2910	INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA CIDADE DE MACAPÁ				
TOTAL DE UNIDADES PROVIDAS			9278						

Quadro 01: Provisão de habitação de Interesse social para a Cidade de Macapá em horizonte de investimento de 11 anos. Fonte: Adaptado pelo autor de SDC, 2017.

No quadro 01 em destaque percebe-se o literal contraditório em relação ao binômio: provisão x resultados. Como se verifica nas figuras 2 e 3 onde consta a inserção de unidades habitacionais de interesse social e a realidade da expansão informal de moradias de qualidade precárias no entorno, ou até mesmo nos 49 aglomerados subnormais, citados, existentes na cidade. Portanto, o quadro 01 mostra para os gestores urbanos que, mesmo ofertando quase 10 mil moradias no período de 11 anos (intervalo em que houve esses tipos de investimentos na cidade) e aportando um montante de R\$ 553.787.826,62 de reais (cerca de € 125.876.400,00 de euros), não houve êxito em diminuir/eliminar nenhuma invasão em áreas de ressacas (aglomerados subnormais), ao contrário, durante esse tempo o número aumentou consideravelmente e demonstra com isso que esse modelo amplamente aplicado de gerar ofertas de habitação não logrou êxitos e sim, talvez, uma sensação de que provendo número de unidades de moradias estaríamos solucionando um problema da cidade, sem esquecer que tudo está vivamente interligado e que repercute na configuração urbana de Macapá e no modo de vida das pessoas. Nesse contexto, dar respostas positivas para essas demandas, principalmente a menos favorecida, é preciso implantar uma grande reforma urbana, com foco principal em prover, entre outros: - Espaços para mediar conflitos pela posse da terra que envolva além do poder judiciário, as instâncias de governo que devem garantir e promover o direito à moradia; - Políticas de regularização fundiária para regularizar as posses, promover a urbanização dos assentamentos e integrar as famílias à cidade; - Políticas de mobilidade para democratizar o transporte público e ofertar serviços de transporte público de qualidade; - Políticas de saneamento básico que garanta o acesso universal à água, o tratamento do esgoto e o destino adequado do lixo de modo a proteger e preservar o meio ambiente e a saúde da população.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Rossi (2001) citava que desenvolvimento urbano se correlata em sentido temporal, onde pode-se analisar que os estudos sobre as cidades devem, além de perceber as complexidades, vincular sua evolução de uso e ocupação temporalmente, realizando assim decomposições territoriais conclusivas do comportamento presentes entre as peças livres (humanos) e o espaço neutro (território). Contudo, ver a cidade real desta maneira é o grande desafio, e talvez sempre foi, por isso seja importante levantar de forma difundida que

o estado (agente administrador do território) necessita retomar o seu papel principal como modelador do espaço urbano, buscando alcançar o melhor equilíbrio entre os fatores ambientais, sociais, urbanos e econômicos, sendo necessário para isso fomentar sempre pesquisas que logram contribuir para essa busca, que passa por várias escalas de ações, como políticas seguras de mobilidade, saneamento, regularização fundiária do solo urbano, entre outras. Entretanto, para entender melhor essas problemáticas em Macapá faz-se necessário ampliar esse estudo analisando todos os 49 aglomerados subnormais registrados/identificados no perímetro urbano, e com isso fazer um diagnóstico bem detalhado dos usos e ocupações específicas para subsidiar futuras intervenções e planejamentos, onde fique constatado que a provisão de novas moradias sociais em áreas adjacentes subnormais logrem sanar a demanda de melhoria do habitar.

Avistar nitidamente a cidade real é um dos maiores desafios para os territórios urbanos complexos e desiguais. Nesse sentido é preciso ter e inserir outras políticas, inclusive políticas que entendam a dimensão social da moradia e a moradia como um direito humano. Voltar a ter políticas habitacionais locais, prover políticas de locação social, políticas de urbanização de assentamentos, integração desses assentamentos à cidade, políticas de autogestão, cooperativas, fortalecimento das formas não mercantis de produção habitacional e de assistência técnica para a autoconstrução, pois a solução não é uma solução, mas são muitas e por isso devemos pensar o hoje para fazer o amanhã (ROLNIK, 2011). Por fim, visualizar-se que a ausência dessas e outras ações concretas, rígidas e planejadas sejam implantadas, corre-se o risco de haver, num futuro não muito distante, a existência de duas cidades fisicamente separadas, classificadas em informal e formal, o território dos menos favorecidos (principalmente estruturados pelos sem renda comprovada) e o dos mais favorecidos (formados principalmente pela classe média).

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, Raimundo Gomes. *Planejamento urbano e segregação socioespacial na cidade de Macapá*. Revista Eletrônica de UNIFAP, n.6, p. 135-148. Macapá, Amapá, dez. 2013.
- Becker, B. K. *Amazônia*. 5ª. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- Castells, Manuel (1983), *La ciudad y las masas*. Sociología de los movimientos sociales urbanos. Madrid: Alianza.
- Lima, L. O.; AURELIO NETO, O. P. *A Questão habitacional no Brasil*. Mercator, Fortaleza, 2017.
- Lobato, Sidney da Silva,. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944 – 1994)*. Tese de doutorado, USP. São Paulo-SP, 2013.
- Marin, R. E. A.. *Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial*. Novos Cadernos NAEA. Belém-PA, v.8, n.1, p.73-114, jun. 1995.
- Picanço, Estácio Vidal. *Informações Sobre a História do Amapá; 1500 – 1900*. Macapá, Imprensa Oficial, 1981.
- Rolnik, R. *Solo urbano e habitação de interesse social: A questão fundiária na política habitacional e urbana do país*. Revista de Direito da ADVOCEF. Porto Alegre, 2011, p.123-157.
- Rossi, Aldo – *A Arquitectura da Cidade*. Trad. José Charters Monteiro. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. (Versão Original: *L'Architettura della Città*. 1966).
- Santos, Romário Valente, (RE)*Estruturação e formação do aglomerado urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense*. Dissertação de Mestrado, UNIFAP, Macapá, 2016.
- Secretaria de Desenvolvimento das Cidades – SDC, *Governo do Estado do AMAPÁ, Diagnóstico para os Estudos de Reabilitação Urbana do Plano de Ação do bairro Perpétuo Socorro, Macapá, 2017*.